

**Agro Indústrias do Vale
do São Francisco S.A. -
AGROVALE**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras, que apresenta a retificação de erros referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, e os respectivos ajustes efetuados e que estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), um grupo de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, contabilidade, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados das mais diversas setores. A Deloitte atende a maioria de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, incluindo capacidades de classe global, viés e serviços de alta qualidade para atender os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte trabalham periodicamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

a) Reconhecimento de receita

Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento, existem alguns riscos a serem endereçados, a saber: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; e (ii) o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou uma justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia. Devido a isso, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) execução de cálculos globais e seleção de transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos documentos-suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; e (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 2.12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Conforme nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia mensura o valor justo dos custos de plantio e de formação das lavouras de cana-de-açúcar por meio de um modelo de fluxo de caixa descontado, que leva em consideração diversas premissas e julgamentos da Administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produção. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício. Devido a isso, consideramos a mensuração do valor justo do ativo biológico como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico considerando as premissas significativas utilizadas pela Administração; (ii) envolvimento de nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto adotada; (iii) avaliação da razoabilidade das premissas significativas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do valor justo dos ativos biológicos e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios e as premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.7 e nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



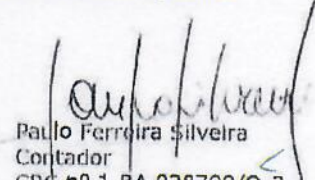
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 29 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

AGRO. INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	3	46.954	22.201	12.160	Fornecedores	10	17.361	20.887	16.726
Aplicações Financeiras	4	4.077	-	1.569	Empréstimos e financiamentos	11	100.979	95.297	55.734
Contas a receber de clientes	5	17.341	11.702	7.178	Obrigações sociais	12	13.665	8.318	7.191
Estoques	6	77.008	89.527	54.457	Obrigações tributárias	13	2.187	1.201	8.751
Ativo biológico	7	48.985	59.105	57.765	Parcelamentos fiscais	14	4.187	4.138	4.256
Tributos a recuperar	8	16.075	21.985	35.624	Adiantamento de clientes	15	18.640	22.786	13.070
Outros créditos		9.478	8.309	4.681	Dividendos a pagar		7.417	8.167	6.936
Total dos ativos circulantes		219.918	212.829	173.434	Outras contas a pagar		2.263	2.515	409
NÃO CIRCULANTES					Total dos passivos circulantes		166.700	163.309	113.073
Aplicações financeiras	4	7.286	4.316	218	NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais		2.746	2.387	3.803	Empréstimos e financiamentos	11	165.954	99.277	94.505
Partes relacionadas	21	9.515	7.770	7.260	Parcelamentos fiscais	13	24.424	26.947	29.177
Outros créditos		5.072	-	-	Outras contas a pagar		4.099	4.086	4.074
Investimentos		-	333	-	Tributos diferidos	20	39.124	44.373	48.048
Imobilizado	9	439.002	402.144	388.212	Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	15	29.312	33.966	34.139
Total dos ativos não circulantes		463.621	416.950	399.493	Total dos passivos não circulantes		262.913	208.649	209.943
TOTAL DOS ATIVOS		683.539	629.779	572.927	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16			
					Capital social		53.354	52.681	52.681
					Reservas de capital		3.439	3.439	3.439
					Reservas de reavaliação		90.269	93.099	94.929
					Reservas de lucros		106.864	108.602	98.862
					Total do patrimônio líquido		253.926	257.821	249.911
					TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		683.539	629.779	572.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 013930/O-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

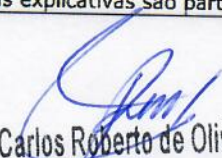
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	17	300.650	258.902
Varição do valor justo dos ativos biológicos	7	(6.297)	(7.424)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	18	(249.738)	(186.171)
LUCRO BRUTO		<u>44.615</u>	<u>65.307</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(34.711)	(42.332)
Despesas comerciais	18	(7.751)	(5.350)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	8.879	3.660
Total		<u>(33.583)</u>	<u>(44.022)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>11.031</u>	<u>21.285</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		16.977	10.839
Despesas financeiras		(37.153)	(22.783)
Total	19	<u>(20.176)</u>	<u>(11.944)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(9.145)</u>	<u>9.341</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	(7.473)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		5.249	3.675
Incentivos fiscais		-	3.637
Total	20	<u>5.249</u>	<u>(161)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(3.895)</u>	<u>9.180</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO- R\$	16	<u>(0,074)</u>	<u>0,174</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

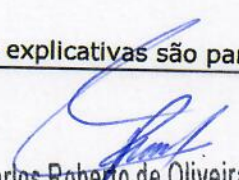

Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 013930/O-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(3.895)	9.180
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(3.895)</u>	<u>9.180</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 013930/O-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2017		52.681	3.439	94.929	5.986	49.285	43.591	-	249.911
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos	16	-	-	(1.830)	-	-	1.830	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	9.180	9.180
Complemento de reserva legal	16	-	-	-	459	-	-	(459)	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	23	-	-	-	-	3.637	-	(3.637)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	-	(1.270)	(1.270)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	3.814	(3.814)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		52.681	3.439	93.099	6.445	52.922	49.235	-	257.821
Aumento de capital	16	673	-	-	-	-	(673)	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos	16	-	-	(2.830)	-	-	2.830	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(3.895)	(3.895)
Absorção de prejuízos com reserva	16	-	-	-	-	-	(3.895)	3.895	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		53.354	3.439	90.269	6.445	52.922	47.497	-	253.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 01393010-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.895)	9.180
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações			
Resultado na alienação de ativo imobilizado	9	37.329	36.584
Colheita de ativos biológicos	18	459	119
Ajuste valor justo dos ativos biológicos	7	127.285	182.801
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	6.297	7.424
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	5	240	185
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	11	31.566	17.854
Encargos financeiros sobre parcelamentos	11	(14.465)	(7.555)
Provisão para perdas em estoques	13	1.639	1.702
Rendimento de aplicações financeiras	6	314	491
Imposto de renda e contribuição - diferidos	19	(2.363)	(2.211)
Reversão de provisão para riscos fiscais e trabalhistas	20	(5.249)	(3.675)
	15	(4.654)	(173)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes			
Estoques		(5.879)	(4.709)
Tributos a recuperar		12.205	(35.561)
Outros créditos		5.037	13.639
Depósitos judiciais		(6.241)	(3.628)
		(359)	1.416
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores			
Obrigações tributárias		(3.526)	4.161
Obrigações sociais		986	(3.525)
Parcelamentos fiscais		5.348	1.127
Adiantamento de clientes	13	(4.113)	(4.050)
Outras contas a pagar		(4.146)	9.716
		(239)	2.116
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Juros sobre empréstimos pagos			
Imposto de renda e contribuição social pagos	11	(16.786)	(12.938)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>873</u>	<u>(4.025)</u>
		<u>157.663</u>	<u>206.465</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Baixa de investimentos			
Formação de ativos biológicos		333	(333)
Aquisição de imobilizado	7	(123.462)	(191.565)
Alienação de imobilizado	9	(75.477)	(51.948)
Aplicações financeiras		831	1.313
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(4.684)</u>	<u>(318)</u>
		<u>(202.459)</u>	<u>(242.851)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	195.530	120.124
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(123.486)	(73.150)
Empresas ligadas		(1.745)	(510)
Pagamento de dividendos	16	(750)	(37)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>69.549</u>	<u>46.427</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>24.753</u>	<u>10.041</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	22.201	12.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	46.954	22.201
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>24.753</u>	<u>10.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 013930/O-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE ("Companhia" ou "Agrovale"), é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 13.642.699/0001-35, fundada em 19 de setembro de 1972, com sede em Juazeiro, estado da Bahia, e possui como atividade social a exploração agrícola, fabricação e o comércio de açúcar, etanol e a cogeração e comercialização de energia elétrica. A Agrovale tem como controladora a Mandacaru Comercial Ltda. com sede em Juazeiro - BA.

Produção e sazonalidade

A totalidade da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias da Agrovale. O plantio de cana-de-açúcar é realizado no período de abril a novembro e requer aproximadamente 14 meses para maturação e início da primeira colheita.

Situada na região do Vale do São Francisco, a lavoura de cana-de-açúcar da Agrovale é 100% irrigada, garantindo uma safra sem dependências das situações climáticas.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS
POLÍTICAS CONTÁBEIS**

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para o ativo biológico o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Fornecedores e Empréstimos e financiamento.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu a abordagem de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada ("ECL-Expected Credit Loss"). O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplicam aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 - IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

Para as contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de créditos, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

Perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 3 anos.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável; e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, líquido dos custos de venda.
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- Almoxarifado: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede o custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.6. Impostos sobre o lucro

2.6.1. Impostos correntes

Quando da existência de lucros tributáveis, as provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro tributável, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia goza de incentivos fiscais. Quando da existência de lucros, a parcela do incentivo fiscal é reconhecida no resultado do período e ao final do exercício social é destinada a uma reserva de lucros - incentivos fiscais, a partir da conta de lucros acumulados.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício no qual se espera que seja liquidado/realizado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

2.7. Ativos biológicos

Correspondem à plantação de cana-de-açúcar na região do Vale do São Francisco (Juazeiro-BA). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto em condição de venda, exceto em relação às plantas portadoras, as quais são mensuradas pelo custo de formação dos canaviais, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. A amortização das plantas portadoras é reconhecida com base na vida útil estimada para exaustão dos canaviais.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem, na rubrica Ganho (perda) decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos. O aumento ou a diminuição no valor justo é determinado pela variação entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável.

O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento de imobilizado durante a construção e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais líquidas".

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

As lavouras de cana (soqueiras) são consideradas plantas portadoras nos termos do CPC 29 (Ativo Biológico) e CPC 27 (Ativo Imobilizado) e são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e "impairment". Sua depreciação é calculada com base na colheita e considera a vida útil das lavouras que, em média, geram 10 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de gotejamento e 6 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de sulcos.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse o valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Provisões

2.10.1. Geral

As provisões são reconhecidas para toda obrigação presente (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10.2. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante, obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e variações monetárias e cambiais.

2.12. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.12.1. Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.12.2. Demais receitas

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.13. Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, pois não há efeitos diluidores em ações na Companhia.

2.14. Julgamentos e estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas. As principais estimativas utilizadas referem-se a: determinação da vida útil dos ativos imobilizados, determinar a provisão de perda em créditos de liquidação duvidosa, provisões de férias, 13º salário e obrigações sociais, provisão de fornecedores, valor justo do biológico, provisão para contingências e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.15. Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Agrovale considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às International Financial Reporting Standards ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2018.

- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros - O pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9) substituiu o CPC 38 (IAS 39) a partir de 1º de janeiro de 2018.
- CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente - Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as anteriores normas para o reconhecimento de receitas, incluindo a IAS 18/CPC 30 (R1) Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

As alterações acima descritas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em comparação às demonstrações financeiras do período anterior.

b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Agrovale não adotou antecipadamente a seguinte norma revisada:

- IFRS 16 - Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17/CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27/ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia ainda está avaliando os impactos dessa norma revisada, até momento não foi identificado impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

2.16. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração revisou algumas das políticas contábeis adotadas pela Companhia e concluiu ser necessária a correção das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 para reconhecer a reclassificação do saldo do ativo financeiro para o passivo de forma a apresentar o passivo financeiro líquido do ativo, uma vez que a Companhia detém o direito legal para liquidar o passivo financeiro pelo montante líquido, conforme determina o CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação. Por essa razão, o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 de 1º janeiro de 2017 estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os efeitos dos ajustes contabilizados em decorrência deste procedimento, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e em 1º de janeiro de 2017 e nas demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são apresentadas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO E 1º DE JANEIRO DE 2017

	31/12/2017		01/01/2017	
	Anteriormente apresentado	Ajustes Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes Reapresentado
ATIVOS				
ATIVOS CIRCULANTES	212.829	-	173.434	-
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
Aplicações financeiras	4.316	-	218	-
Títulos e valores mobiliários	70.769	(a) (70.769)	63.214	(a) (63.214)
Depósitos judiciais	2.387	-	3.803	-
Partes relacionadas	7.770	-	7.260	-
Investimentos	333	-	-	-
Imobilizado	402.144	-	388.212	-
TOTAL DOS ATIVOS	700.548	(70.769)	636.141	(63.214)
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVOS CIRCULANTES	163.309	-	113.073	-
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES				
Empréstimos e financiamentos	170.046	(a) 70.769	157.719	(a) 63.214
Parcelamentos fiscais	26.947	-	29.177	-
Outras contas a pagar	4.086	-	4.074	-
Tributos diferidos	44.373	-	48.048	-
Provisões para riscos fiscais e trabalhistas	33.966	-	34.139	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	257.821	-	249.911	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	700.548	-	636.141	-

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	9.180	-	9.180
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações	36.584	-	36.584
Resultado na alienação de ativo imobilizado	119	-	119
Colheita de ativos biológico	182.801	-	182.801
Perda decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos	7.424	-	7.424
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	185	-	185
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	17.854	-	17.854
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	-	(b) (7.555)	(7.555)
Encargos financeiros sobre parcelamentos	1.702	-	1.702
Provisão para perdas de estoques	491	-	491
Rendimento de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	(10.084)	(b) 7.873	(2.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.675)	-	(3.675)
Provisão para riscos trabalhistas e fiscais	(173)	-	(173)
Redução dos ativos operacionais	(28.843)	-	(28.843)
Aumento dos passivos operacionais	9.545	-	9.545
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais	(16.963)	-	(16.963)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	206.147	318	206.465
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Baixa (aquisição) de investimentos	(333)	-	(333)
Formação de ativos biológicos	(191.565)	-	(191.565)
Aquisição de imobilizado	(51.948)	-	(51.948)
Alienação de imobilizado	1.313	-	1.313
Aplicações Financeiras	-	(b) (318)	(318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(242.533)	-	(242.851)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	46.427	-	46.427
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.041	-	10.041
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.160	-	12.160
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.201	-	22.201
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.041	-	10.041

(a) Reclassificação dos títulos e valores mobiliários para apresentação líquida do no passivo.

(b) Efeito da reclassificação na demonstração dos fluxos de caixa.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos - conta movimento	2.248	2.297
Aplicações financeiras	44.706	19.904
Total	46.954	22.201

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações financeiras de curto prazo referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remunerados a taxas de 99% e 100% da variação do CDI, são de alta liquidez prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a mudanças de valor.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras a seguir apresentadas são classificadas como mantidas até o vencimento:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Rendimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras vinculadas	CDB	100% do CDI	11.363	4.170
Aplicações financeiras			-	146
Total			<u>11.363</u>	<u>4.316</u>
Circulante			4.077	-
Não circulante			7.286	4.316

As aplicações financeiras vinculadas são utilizadas como garantia a contratos de empréstimos e financiamentos. As aplicações referem-se a CDBs – Certificado de Depósito Bancários remuneradas a taxas que variam de 99% a 100,8% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Duplicatas a receber	19.146	13.267
(-) provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.805)</u>	<u>(1.565)</u>
Total	<u>17.341</u>	<u>11.702</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	11.033	7.765
Vencidos até 30 dias	6.011	3.072
Vencidos de 31 até 60 dias	282	833
Vencidos de 61 até 90 dias	9	4
Vencidos de 91 até 180 dias	6	28
Vencidos há mais de 180 dias	<u>1.805</u>	<u>1.565</u>
Total	<u>19.146</u>	<u>13.267</u>

A Companhia mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de crédito esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base nas perdas reais passadas por idade de vencimento em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos a idade de vencimento e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constitui perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para a maior parte das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.380)
Adições	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.565)
Adições	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(1.805)</u>

6. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	58.586	71.917
Almoxarifado	20.018	18.238
Outros	6	660
(-) Provisão para perdas	<u>(1.602)</u>	<u>(1.288)</u>
Total	<u>77.008</u>	<u>89.527</u>

O critério para constituição para perdas no almoxarifado considera os itens sem movimentação há mais de 360 dias, com exceção dos itens dos grupos classificados como estratégicos ou críticos que por sua importância são considerados vitais para as atividades da organização. A movimentação desta provisão está a seguir apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(797)
Adições	(491)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.288)
Adições	(314)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(1.602)</u>

7. ATIVOS BIOLÓGICOS

Representa o cultivo e plantio de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e álcool. O saldo do ativo biológico é composto pelo custo de formação das lavouras e da diferença do valor justo sobre os custos de formação, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As lavouras de cana-de-açúcar estão localizadas no município de Juazeiro - BA.

A variação do ativo biológico é como segue:

Ativo biológico em 31 de dezembro de 2016	57.765
Acréscimos relativos à tratamentos culturais	191.565
Amortização devido à colheita	(182.801)
Mudança do valor justo menos custos estimados de venda	<u>(7.424)</u>
Ativo biológico em 31 de dezembro de 2017	59.105
Acréscimos relativos à tratamentos culturais	123.462
Amortização devido à colheita	(127.285)
Mudança do valor justo menos custos estimados de venda	<u>(6.297)</u>
Ativo biológico em 31 de dezembro de 2018	<u>48.985</u>

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

A avaliação do ativo biológico ao valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de variações. O quadro a seguir demonstra resumidamente os principais parâmetros considerados no cálculo do valor justo do ativo biológico:

	31/12/2018	31/12/2017
Área inicial estimada de colheita (hectares)	15.097	15.880
Produtividade média prevista (toneladas de cana /hectare)	119,11	107,48
Quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana (em kg)	133,16	134,19
Valor do kg de ATR (em R\$)	0,7785	0,8543

Além dos aspectos citados acima, para a determinação do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, foram utilizadas as seguintes premissas:

- A metodologia utilizada na mensuração do valor justo é baseada na projeção do fluxo de caixa, considerando a quantidade de cana-de-açúcar a ser colhida, estimada de acordo com a produtividade esperada da lavoura, segregada em anos de plantio, e os respectivos preços estimados da cana-de-açúcar. Para isso, considera-se uma média ponderada de ciclo de produção de sete anos.
- A produtividade é calculada por área de plantação, em que cada uma possui especificidades em relação a solo, material genético, clima, etc. O conjunto destas características, com base em dados históricos, é determinante para a estimativa da produtividade.
- Saídas de caixa são representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- Os custos de plantação são apurados com base no histórico de custos da Companhia. Os custos de terra própria são calculados com base em índices de custo de arrendamento na região Nordeste.
- A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital ("WACC" do original, em inglês, "Weighted Average Cost of Capital"). O WACC é uma taxa de desconto comumente utilizada na determinação do valor presente de ativos. Para o cálculo da WACC, foram utilizados a taxa de risco e o perfil de endividamento do setor de açúcar e álcool no Brasil. O WACC utilizado no cálculo do ativo biológico calculado pelo método de fluxo de caixa descontado foi de 5,98% a.a. (2017: 5,32% a.a.), líquido de impostos.
- As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativo Biológico" no ativo circulante e têm como contrapartida a conta de "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.
- O modelo de projeção de fluxo de caixa e as premissas utilizadas na determinação do valor justo total do ativo biológico representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, quando necessário, ajustados.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recuperar	144	6.950
PIS e COFINS	13.685	13.802
IRPJ e CSLL	2.180	1.072
Outros	66	161
Total	16.075	21.985

9. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada depreciação % a.a.	31/12/2018		31/12/2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		114.532	-	114.532
Edificações	4,13%	207.536	(116.340)	91.196
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	15,77%	139.209	(69.447)	69.762
Veículos, máquinas e instalações agrícolas	19,00%	57.537	(36.593)	20.944
Móveis, utensílios e Instalações	15,15%	1.678	(1.021)	657
Obras em Andamento		12.028	-	12.028
Soqueira	14,09%	265.714	(135.871)	129.843
Outros	21,46%	365	(325)	40
Total		798.599	(359.597)	439.002

As soqueiras (lavouras de cana) correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana de açúcar. A cana de açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, 10 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de gotejamento e 6 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de sulcos.

A seguir, apresentamos a movimentação do imobilizado:

	Terrenos	Edificações e construções	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Veículos, máquinas e instalações agrícolas	Móveis, utensílios e instalações	Obras em andamento	Soqueira	Outros	Total
Saldo em 31/12/2016	114.532	101.405	43.896	17.413	611	1817	108.452	86	388.212
Adições	-	457	14.565	2.493	198	4.258	30.005	1	51.948
Baixas	-	-	(62)	(55)	-	(1315)	-	-	(1.432)
Depreciação	-	(4.547)	(6.404)	(1.149)	(105)	-	(24.355)	(23)	(36.584)
Saldo em 31/12/2017	114.532	97.315	51.995	18.702	674	4.760	114.102	64	402.144
Adições	-	-	3.274	3.359	96	29.525	39.224	-	75.477
Baixas	-	-	(264)	(694)	(16)	-	-	(117)	(1.290)
Depreciação	-	(6.119)	(7.010)	(557)	(120)	-	(23.483)	(40)	(37.329)
Transferências	-	-	21.767	334	23	(22.257)	-	133	-
Saldo em 31/12/2018	114.532	91.196	69.762	20.944	657	12.028	129.843	40	439.002

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment") e vida útil

A Companhia realizou a análise dos indicativos de "impairment" estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificou indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização. A Companhia também não identificou alteração na vida útil dos bens do seu ativo imobilizado.

10. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais	16.811	19.268
Fornecedores de serviços	550	1.619
Total	17.361	20.887

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Tipo</u>	<u>Último vencimento</u>	<u>Taxa média</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Capital de giro	15/07/2023	10,78% a.a. - CDI - SELIC	202.904	143.817
Debêntures (i)	26/12/2022	CDI + 2,50%	34.896	-
Finame	15/05/2023	7,97% a.a.	10.127	12.543
Securitização	01/12/2022	IGPM + 9,7% a.a.	19.006	38.214
Total			<u>266.933</u>	<u>194.574</u>
Circulante			100.979	95.297
Não circulante			165.954	99.277

As operações de empréstimos e financiamentos estão garantidas por hipoteca de bens móveis e imóveis, certificados do tesouro nacional, aplicações financeiras e penhor agrícola.

Emissão de debêntures

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2018, foi aprovada a primeira emissão de debêntures em série única, depositadas para distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio de MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente pela B3, tendo sido emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures, as quais foram negociadas pelo seu valor nominal, de R\$10 mil.

Características das debêntures:

	<u>Série única</u>
Data da emissão	05/02/2018
Datas de vencimento	26/12/2022
Remuneração (taxas anuais) - % (*)	CDI + 2,50%
Valor nominal	10
Quantidade de títulos emitidos	4.000
Montante emitido	40.000

- (*) As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida da sobretaxa (*spread*) de 2,50% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, sobre o valor nominal unitário das debêntures, até a data dos eu efetivo pagamento.

As debêntures terão o vencimento antecipado se ocorrer qualquer uma das seguintes condições (principais cláusulas):

- Não pagamento nas devidas datas de vencimento.
- Falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista em contrato.
- Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida em montante unitário igual ou superior a R\$1.000.000.
- Descumprimento de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juízo competente.

- e) Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Emissora, sem prévia aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- f) Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária com as garantias dispostas no contrato.
- g) Redução do capital social da Emissora, sem que haja prévia anuência de Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- h) Não renovação ou suspensão das licenças ambientais exigidas pela legislação aplicável às atividades da Emissora.

A Administração da Companhia avaliou e concluiu que as cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2018.

O pagamento da remuneração da 1ª emissão de debêntures será efetuado em 39 parcelas intercaladas pelo período de safra.

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Durante o exercício de 2018 a Companhia firmou Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, referentes à primeira emissão de debêntures, que determinam o cumprimento de cláusulas específicas estabelecidas no contrato (*covenants*) baseada nos últimos 12 (doze) meses, a saber: dívida financeira líquida pelo LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) igual ou inferior a 2,0 (dois) e liquidez corrente mínima (ativo circulante por passivo circulante) maior ou igual a 1,2. O não cumprimento das cláusulas do contrato sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante.

Todos os *covenants* foram atendidos pela Companhia durante o exercício de 31 de dezembro de 2018.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	150.239
Captação de empréstimos e financiamentos	120.124
Encargos	17.854
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	(7.555)
Pagamento de principal	(73.150)
Pagamento de juros	(12.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	194.574
Captação de empréstimos e financiamentos	195.530
Encargos	31.566
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	(14.465)
Pagamento de principal	(123.486)
Pagamento de juros	(16.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	266.933

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2018
2020	95.286
2021	22.461
2022	23.202
2023	8.569
2024	5.297
2025	5.297
2026 - 2030	5.842
Total	<u>165.954</u>

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2018	31/12/2017
INSS sobre faturamento	679	671
Imposto de renda retido na fonte	912	451
Impostos retidos	10	79
ISS	36	-
ICMS	550	-
Total	<u>2.187</u>	<u>1.201</u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamentos Lei nº 11.941/2009	<u>28.611</u>	<u>31.085</u>
Circulante	4.187	4.138
Não circulante	24.424	26.947

A Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, que trouxe a possibilidade de liquidar, ou parcelar em até 180 meses, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A movimentação desses parcelamentos está a seguir apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.433
Amortização	(4.050)
Atualização monetária	<u>1.702</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.085
Amortização	(4.113)
Atualização monetária	<u>1.639</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>28.611</u>

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos de Clientes	<u>18.640</u>	<u>22.786</u>

Referem-se aos principais clientes de açúcar da Companhia, os quais possuem a prática comercial de efetuarem adiantamentos para posterior recebimento dos produtos.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro, a provisão para riscos fiscais e trabalhistas apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Riscos trabalhistas	3.364	4.398
Riscos fiscais	<u>25.948</u>	<u>29.568</u>
Total	<u>29.312</u>	<u>33.966</u>

Riscos trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas cujos principais pedidos são: horas extras, horas "in itinere", supressão do intervalo intrajornada, adicional de periculosidade e adicional de insalubridade. O montante provisionado de R\$3.364 reflete a estimativa de perda nos processos existentes contra a Companhia, apresentada e analisada pelos seus assessores jurídicos.

Riscos fiscais

Referem-se a:

- (a) Créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, vendidos para terceiros no montante de R\$22.584.
- (b) Auto de Infração de IRPJ e CSLL lavrados pela Receita Federal do Brasil referente ao ano calendário de 2009 sendo objeto de contestação administrativa, no montante R\$3.080.

Contingências possíveis

A Companhia é parte integrante em diversas ações de natureza fiscal, trabalhista e cível no montante aproximado de R\$21.605 (2017: R\$20.071), cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, entendendo não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

Do referido montante, R\$20.428 (2017: R\$20.033) refere-se a processos de natureza cível, R\$1.173 (2017: R\$33) corresponde a processos de natureza fiscal e o montante remanescente à causas trabalhistas.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é apresentada a seguir:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	34.139
Atualização	90
Reversões	(263)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.966
Atualização	251
Reversões	(4.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.312

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é composto por 53.354.171 ações e de 2017 é composto por 52.680.801 ações, com valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

Tipo	Classe	31/12/2018			31/12/2017		
		Quantidade	%	Valor	Quantidade	%	Valor
Ordinárias		29.425.249	55,15%	29.425	29.053.880	55,15%	29.054
Preferenciais	" A "	807.751	1,51%	808	797.558	1,51%	798
Preferenciais	" B "	11.270.589	21,12%	11.271	11.128.345	21,12%	11.128
Preferenciais	" C "	11.850.581	22,21%	11.850	11.701.018	22,21%	11.701
Total		53.354.171	100%	53.354	52.680.801	100%	52.681

Aumento de Capital

Em 18 de setembro de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovado aumento de capital social da Companhia, dentro do limite autorizado, mediante a emissão de 673.370 (seiscentas e setenta e três mil trezentas e setenta) ações de todas revestindo a forma de nominativas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma delas as quais seriam integralizadas mediante a incorporação de reserva de benefício fiscal concedido pela SUDENE, na forma da legislação em vigor, e oriundo de reinvestimento no valor de R\$673.

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída com saldos remanescentes de lucros acumulados, com a finalidade de atender ao plano de crescimento da Companhia.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$53.510 mil. A destinação desse excesso, seja por integralização de capital social ou por distribuição de dividendos adicionais, será deliberada pela assembleia geral de acionistas.

Prejuízo (Lucro) por ações

O prejuízo ou lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	2018	2017
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	(3.895)	9.180
Quantidade média ponderada de ações por lote de mil	52.873	52.681
Prejuízo (Lucro líquido) por lote de mil ações - R\$	(0,074)	0,174

Direito das ações

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição de um dividendo mínimo limitado ao lucro do exercício, não cumulativo, de 8% ao ano, sobre o valor nominal ou 25% sobre o lucro, prevalecendo o maior valor.
- Prioridade no reembolso do capital pelo valor nominal da ação.
- Participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de reservas e lucros ou distribuição de fundos disponíveis.

Dividendos

O dividendo apurado em relação ao exercício de 2017 segue abaixo apresentado:

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	9.180
(-) Reserva legal (5%)	(459)
(-) Reserva de incentivos fiscais (Nota explicativa 23)	(3.637)
Base para determinação dos dividendos	5.084
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.270

A movimentação de dividendos a pagar está a seguir apresentada:

Saldo dividendos a pagar 2016	6.934
Dividendos mínimos obrigatórios	1.270
Dividendos pagos	(37)
Saldo dividendos a pagar 2017	8.166
Dividendos pagos	(750)
Saldo dividendos a pagar 2018	7.416

Reserva de reavaliação

Representada pelo ganho, líquido dos impostos diferidos, decorrente das reavaliações do imobilizado da Companhia (Terrenos e Edifícios) efetuadas nos exercícios de 2000 e 2006, mediante laudos de avaliação da empresa Sarubbi Engenharia de Avaliações Ltda. Sua realização é calculada pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

A movimentação da reserva de reavaliação está a seguir apresentada:

	Terrenos		Edificações		Total		
	Reavaliação	(-) Tributo	Reavaliação	(-) Tributo	Reavaliação	(-) Tributo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro 2016	76.453	(25.994)	67.379	(22.909)	143.832	(48.903)	94.929
(-) Realização	-	-	(2.771)	942	(2.771)	941	(1.830)
Saldo em 31 de dezembro 2017	76.453	(25.994)	64.608	(21.967)	141.061	(47.962)	93.099
(-) Realização	-	-	(4.289)	1.458	(4.289)	1.459	(2.830)
Saldo em 31 de dezembro 2018	76.453	(25.994)	60.319	(20.509)	136.772	(46.503)	90.269

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2018	2017
Receita bruta de vendas	329.017	277.950
Deduções da receita bruta		
PIS	(2.309)	(1.134)
COFINS	(7.347)	(5.217)
ICMS	(24.421)	(13.486)
Incentivos fiscais - ICMS	17.499	9.939
INSS	(9.291)	(7.892)
Outros	(2.498)	(1.258)
Receita líquida de vendas	300.650	258.902

18. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	2018	2017
<u>Natureza:</u>		
Insumos e gastos gerais de fabricação (a)	(61.883)	(34.139)
Despesas com pessoal	(133.865)	(115.435)
Peças e serviços de manutenção	(6.884)	(7.425)
Serviços prestados	(14.854)	(9.864)
Depreciação	(37.329)	(36.584)
Construção e reforma	(3.621)	(3.098)
Energia Elétrica	(10.606)	(8.840)
Processos trabalhistas e cíveis	(825)	(3.653)
Aluguéis	(9.852)	(5.417)
Provisões diversas	(550)	(486)
Impostos e taxas diversos	(1.802)	(713)
Despesas com vendas	(6.296)	(5.350)
Consultoria e assessoria	(2.619)	(2.426)
Cota americana (b)	7.664	3.841
Resultado na alienação de ativo imobilizado	459	119
Outras despesas	(458)	(723)
Total	<u>(283.321)</u>	<u>(230.193)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custo dos produtos vendidos	(249.738)	(186.171)
Despesas gerais e administrativas	(34.711)	(42.332)
Despesas comerciais	(7.751)	(5.350)
Outras receitas operacionais, líquidas	8.879	3.660
Total	<u>(283.321)</u>	<u>(230.193)</u>

(a) Refere-se aos insumos de fabricação e de tratos culturais agrícolas.

(b) Refere-se a cotas de exportação de açúcar para os Estados Unidos, as quais a Companhia vendeu.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	2.363	2.211
Variações monetárias ativas	14.453	8.246
Descontos obtidos	139	135
Outras	22	247
Subtotal	<u>16.977</u>	<u>10.839</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros passivos	(18.319)	(16.972)
Descontos concedidos	(527)	(572)
Variações monetárias passivas	(14.923)	(3.864)
Perdas com operações instrumento financeiro	(460)	-
Outras	(2.924)	(1.375)
Subtotal	<u>(37.153)</u>	<u>(22.783)</u>
Resultado financeiro	<u>(20.176)</u>	<u>(11.944)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Despesa de imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e de contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.145)	9.341
Alíquota combinada nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	3.109	(3.176)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:		
Multas indedutíveis	(2)	(23)
Brindes e doações	(15)	(48)
Outras despesas indedutíveis	(79)	(551)
<u>Exclusões permanentes</u>		
Outros ajuste permanentes	1.047	-
Benefícios não constituídos sobre diferenças temporárias	1.191	-
Total antes do incentivo fiscal	(5.249)	(3.798)
Incentivo fiscal - SUDENE	-	3.637
Total do imposto de renda e da contribuição social	(5.249)	(161)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração da Companhia adotou como prática o reconhecimento dos efeitos contábeis sobre os ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, conforme exigido pelo CPC 32.

As provisões foram calculadas a razão de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo diferida para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição das provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<u>ATIVO FISCAL DIFERIDO</u>		
<u>IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias:</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	613	532
Provisão para perdas no estoque	545	438
Valor justo do ativo biológico	4.447	2.307
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	1.144	1.495
Prejuízo fiscal e base negativa	1.744	-
Total	8.493	4.772
<u>PASSIVO FISCAL DIFERIDO</u>		
<u>IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias:</u>		
Diferença de taxas de depreciação	(1.115)	(1.185)
Reserva de reavaliação	(46.502)	(47.960)
Total	(47.617)	(49.145)
Efeito líquido	(39.124)	(44.373)

21. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Transações
	Débitos com Empresas Ligadas		Vendas
	31/12/2018	31/12/2017	2017
Mandacarú Comercial Ltda.	2.491	745	410
Mecanal Mecanização Contr e Adm Ltda.	6	6	-
Control administração e participações Ltda.	10	10	-
Termo Eletrica do Vale do São Francisco SA - TERMOVALE	2	2	-
São Francisco administração e participações Ltda.	2	2	-
Diretores	37	38	-
Pessoa física (a)	6.967	6.967	-
Total	9.515	7.770	410

21.1. Refere-se a recursos adiantados ao sócio e registrado por meio de confissão de dívida que serão liquidados com o pagamento de dividendos futuros.

Remuneração da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 houve remuneração aos administradores no total de R\$5.925 a título de pró-labore. Os administradores não possuem benefícios adicionais.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
<u>ATIVOS FINANCEIROS</u>		
<u>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>		
Equivalentes de caixa	46.954	22.201
Aplicações financeiras	11.363	4.316
<u>Mensurados ao custo amortizável</u>		
Contas a receber de clientes	17.341	11.702
Outros créditos	14.550	8.309
Partes relacionadas	9.515	7.770
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u>		
<u>Mensurados ao custo amortizável</u>		
Fornecedores	17.361	20.887
Empréstimos e financiamentos	266.933	194.574
Outras Contas a Pagar	6.362	6.601

A Companhia procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas-bases de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Essa avaliação não indica valores de mercado significativamente diferentes dos valores contábeis reconhecidos. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Risco de crédito

Risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas clientes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuem a receita financeira relativa às aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou cenários de variação no CDI, IGP-M e SELIC (taxas de juros e de inflação que mais impactam em suas operações). Para o cenário atual (contábil), foram utilizadas as taxas vigentes. Para o provável, foram utilizadas estimativas de mercado divulgadas nos relatórios emitidos pelo Banco Central do Brasil para o exercício de 2018. Essas taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade de cenários, conforme demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Cenário remoto I (-50%)	Cenário possível I (-25%)		Cenário possível II (+25%)	Cenário remoto II (+50%)
<u>Ativos:</u>								
Aplicação financeira	CDI	6,89%	11.363	11.754	11.950	12.146	12.342	12.537
<u>Passivos:</u>								
Empréstimos e financiamentos								
Securitização	IGP-M	7,55%	19.006	19.723	20.082	20.441	20.800	21.158
Capital de giro	CDI	6,42%	10.925	11.276	11.451	11.626	11.802	11.977
Finame	SELIC	6,58%	10.127	10.460	10.627	10.793	10.960	11.127

Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e de câmbio que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, logo não existe impacto cambial em suas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente através da análise estática da estrutura de descasamentos da Companhia, especialmente no curto prazo.

A Administração gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de próximo relacionamento com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

23. INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais da Agrovale estão a seguir apresentados:

- Incentivo fiscal - SUDENE

Por estar localizada em área incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia, para o período de 01/01/2013 a 31/12/2022, goza de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda não restituível, calculado sobre o lucro da exploração, referente a sua produção industrial de açúcar e energia.

No exercício de 2018, não houve incentivo fiscal (R\$3.637 em 2017); registrado na rubrica de "Incentivos fiscais" na demonstração do resultado do exercício.

Por se tratar de incentivo para investimento, a parcela correspondente a estes incentivos é reconhecida na rubrica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais" no patrimônio líquido e poderá ser usada para aumentar o capital social ou absorver prejuízos acumulados.

- Crédito presumido de ICMS

Açúcar

Em 2017, na venda de açúcar, de acordo com o Decreto nº 13.780/2012 (RICMS-BA), art. 270, VII, o crédito presumido é calculado sobre o valor do imposto destacado nas operações da seguinte forma:

- (i) 75,3% (setenta e cinco vírgula três por cento) nas operações internas.
- (ii) 65,0% (sessenta e cinco por cento) nas operações interestaduais.

No exercício de 2017, o montante deste benefício R\$17.393, registrado na rubrica de "Receita líquida".

O Decreto nº 13.780/2012 não foi renovado para o ano de 2018.

Etanol

Na venda de álcool hidratado, de acordo com o Decreto nº 10.936/2008, art. 1º, I e II, o crédito presumido é calculado sobre o a base de cálculo da operação da seguinte forma:

- (i) 14% (quatorze por cento) nas operações internas.
- (ii) 7% (sete por cento) nas operações interestaduais.

Na venda de álcool anidro, de acordo com o Decreto nº 10.936/2008, art. 2º, I, o crédito presumido pode ser apurado nas saídas internas e interestaduais e é determinado pelo cálculo de R\$0,205 por litro efetivamente vendido.

Para usufruir do crédito presumido incidente sobre o Álcool, a Companhia precisou aderir aos seguintes condicionantes:

- a) Instalação de medidores eletrônicos de vazão para controle da produção, observado o disposto no § 2º.
- b) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica nas operações que realizar, em substituição à emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A.
- c) Não apropriação de quaisquer outros créditos fiscais vinculados à produção de AEHC ou de AEAC ou, ainda, da geração própria de energia.
- d) Não possuir débito para com a fazenda estadual, cuja exigibilidade não esteja suspensa.
- e) Cumprimento das legislações trabalhista e ambiental.
- f) Celebração de termo de acordo com a Secretaria da Fazenda, através da Coordenação de Petróleo e Combustíveis - COPEC.

No exercício de 2018, o valor do incentivo foi de R\$17.499 (2017: R\$9.939), registrado na rubrica de "Receita líquida". A vigência do Decreto nº 10.936/2008 vai de 27/02/2008 a 31/12/2020.

24. SEGUROS

A seguir o detalhamento dos itens segurados e os respectivos valores das coberturas de seguros contratados pela Agrovale:

Tipo	Vigência		Riscos cobertos	Valor de cobertura
	Início	Fim		
Veículos	30/11/2018	30/11/2019	Colisão, incêndio, roubo e furto, danos materiais a terceiros, danos corporais, danos morais, morte e invalidez.	50
Máquinas e Equipamentos	13/11/2018	13/11/2019	Danos elétricos, responsabilidade civil, roubos e furtos de bens.	876
Máquinas e Equipamentos	26/11/2018	26/11/2019	Danos elétricos, responsabilidade civil, roubos e furtos de bens.	876
Máquinas e Equipamentos	28/11/2018	28/11/2019	Danos elétricos, responsabilidade civil, roubos e furtos de bens.	630
Máquinas e Equipamentos	04/12/2018	04/12/2019	Danos elétricos, responsabilidade civil, roubos e furtos de bens.	630
Incêndio	24/10/2018	24/10/2019	Cobertura de incêndio no canavial de cana-de-açúcar.	1.371
Incêndio	10/11/2018	10/11/2019	Cobertura de incêndio no canavial de cana-de-açúcar.	1.504
Total				5.937

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e aprovaram sua emissão e divulgação em 29 de março de 2019.